



4784 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)  
GT22 - Educação Ambiental

ENTRELAÇAMENTOS ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA, ECOLOGIA POLÍTICA E O GIRO DECOLONIAL: caminhos para uma Educação Ambiental desde el Sur

Bárbara Fortes Campos - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Anne Kassiadou Menezes - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Stephanie Salgado - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**ENTRELAÇAMENTOS ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA, ECOLOGIA POLÍTICA E O GIRO DECOLONIAL:  
caminhos para uma Educação Ambiental desde el Sur**

**Resumo:** A invasão dos europeus às Américas inaugura um processo longo e violento de ruptura das relações sociedade-natureza, instaurando um modelo extrativista e espoliativo nos territórios latino-americanos. Por isso, entendemos que o projeto da colonialidade está presente e estrutura a crise ecológica atual. Na medida em que se propõe como uma prática educativa que busca (re)qualificar as relações sociedade-natureza, a Educação Ambiental (EA) pode atuar no resgate dos saberes e das lutas históricas desses povos espoliados. Sendo a EA um campo em disputas políticas e epistêmicas, é preciso se posicionar e, sobretudo, ser propositivo para o campo. Buscamos com esse trabalho fortalecer a denúncia do processo de colonização ainda em curso, mas também propor anúncios, formulando uma concepção de EA combativa às injustiças ambientais na América Latina. Para isso, aliamos a EA crítica aos aportes da Ecologia Política e do Giro Decolonial, formulando uma identidade latino-americana para a EA: uma *Educação Ambiental desde el Sur*.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental Crítica; Ecologia Política; Giro Decolonial; Educação Ambiental desde el Sur.

## INTRODUÇÃO

Não penso nada sobre o “descobrimento” porque o que houve foi conquista. E sobre a conquista, meu pensamento em definitivo é o da recusa. A presença predatória do colonizador, seu incontrolado gosto de sobrepor-se, não apenas ao espaço físico mas ao histórico e cultural dos invadidos, seu mandonismo, seu poder avassalador sobre as terras e as gentes, sua incontida ambição de destruir a identidade cultural dos nacionais, considerados inferiores, quase bichos, nada disto pode ser esquecido quando, distanciados no tempo, corremos o risco de “amaciá-la” a invasão e vê-la como uma espécie de presente “civilizatório” do chamado Velho Mundo. (FREIRE, 2000, p.34)

Corroborando com Paulo Freire, esse texto trata de uma denúncia ao processo de colonização ainda em curso, que busca invisibilizar os povos afro-ameríndios, que desde a chegada dos colonizadores tiveram suas culturas e formas de vida, suas relações não-predatórias com a natureza, apagadas violentamente. Sendo assim, vemos nos grupos que sempre resistiram a tais ataques possibilidades de anúncio de “inéditos viáveis”, ou seja, de novos horizontes utópicos: “*O futuro é dos Povos e não dos Impérios*” (FREIRE, 2000, p.35). Junto com Paulo Freire, nos recusamos a esquecer o processo histórico que forjou identidades subalternas – negros e índios – e nos constituiu como latinos.

Voltando nossas atenções às rupturas das relações indivíduos-sociedade-natureza inauguradas com a invasão dos europeus, que instaura um modelo extrativista e espoliativo nos territórios latino-americanos, quando analisamos os povos que hoje se organizam contra tais processos de expropriação, encontraremos populações tradicionais, indígenas, quilombolas, camponeses, negros e pobres em comunidades periféricas, que lutam por direitos aos territórios e pela própria condição ontológica do existir com dignidade. Esses grupos, ao se organizarem em defesa de seus modos de vida, se envolvem em conflitos ambientais e tais conflitos também são decorrentes do processo colonial.

Partimos do pressuposto de que os processos de resistência no território latino-americano são provenientes dos conflitos inaugurados pela modernidade ocidental em 1492, com a “invenção” das Américas e o *encobrimento do outro* (DUSSEL, 1993). Sendo assim, problematizaremos os efeitos da colonialidade, para além do colonialismo, na construção (ou desconstrução) das relações indivíduos-sociedade-natureza.

Tendo em vista os processos descritos acima, entendemos que a Educação Ambiental (EA) pode ser uma ferramenta importante para desvelar os determinantes sociais dos problemas ambientais e evidenciar as relações poder que envolvem os conflitos ambientais na América Latina. Na medida em que se propõe como uma prática educativa que busca (re)qualificar as relações sociedade-natureza, a EA também favorece o resgate dos saberes e das lutas históricas desses povos.

Contudo, compreendemos que a constituição do campo da EA se dá numa dimensão de disputas políticas e epistêmicas. Tais disputas nos levam à necessidade de um posicionamento e, sobretudo, de sermos propositivos para este campo específico da educação, uma vez que se reconhece haver uma crise de identidade na EA (Layrargues, 2012). Portanto, o objetivo deste trabalho é formular uma concepção de EA aliada aos aportes da Ecologia Política e do Giro Decolonial, que tenha, a partir da categoria do conflito ambiental uma chave para estruturar a perspectiva crítica e territorializada da EA na América Latina: uma *EA desde el Sur*.

Sendo assim, neste trabalho de natureza teórica, a partir de revisão bibliográfica, apresentaremos o campo dos estudos decoloniais aos leitores, para então contextualizar as tensões e disputas no campo da EA brasileira, nos posicionando a partir de seu entrelaçamento com os referenciais teóricos da ecologia política. Por fim, faremos a defesa da necessidade de se pensar e trazer a dimensão de uma Educação Ambiental de resistência e reexistência (Walsh, 2012), propondo uma identidade *desde el sur* para a EA.

## AS TEORIAS DECOLONIAIS E O CHAMADO GIRO DECOLONIAL

Quando pautamos uma Educação Ambiental *desde el Sur*, é preciso dizer que estamos situando nossas reflexões não apenas no sul geográfico, mas no sul geopolítico, nas periferias do sistema-mundo moderno-colonial capitalista (Porto-Gonçalves, 2002; Wallerstein, 2008), que vem sendo sistematicamente espoliadas, se analisamos a relação do capital com a natureza desses territórios. Mais precisamente, quando falamos *desde el Sur*, estamos nos posicionando na América Latina e ao lado dos sujeitos invisibilizados e oprimidos pela ordem civilizatória hegemônica.

E, se buscamos pensar “desde a”, precisamos sobretudo pensar “com a”. Sendo assim, se faz imperativo apresentar as elaborações teóricas dos pensadores latino-americanos que compõem o grupo Modernidade/ Colonialidade/ Decolonialidade (MCD), comprometidos com a construção de um projeto político, ético e epistêmico revolucionário para este continente.

Este grupo, formado desde meados dos anos 1990 ao radicalizar o argumento pós-colonial, se empenha em elaborar uma crítica à modernidade ocidental, que segundo suas formulações, teria sido inaugurada com a chegada de Colombo às Américas em 1492. Ou seja, para o grupo MCD, a modernidade é derivada da colonização das Américas, e com isso, constituiu-se um processo bem mais duradouro e profundo na latinoamérica: a colonialidade. Daí o binômio Modernidade/Colonialidade (M/C) como as duas faces de uma moeda. A este binômio M/C soma-se a necessidade de um projeto decolonial, de enfrentamento à colonialidade. Assim chegamos à tríade indissociável que constitui o nome do grupo MCD.

É preciso explicitar que, apesar de muito semelhantes, os termos colonização, colonialismo e colonialidade guardam diferenças importantes entre si. A *colonização* está ligada ao domínio geográfico de uma determinada região, e com ela se estabelece o *colonialismo* – uma relação de poder da metrópole, que objetiva o controle e a dependência econômica das colônias. Já a *colonialidade* é um processo intersubjetivo, de introjeção dos costumes e modos de ser e viver do colonizador nos povos colonizados, através do apagamento e da negação das identidades e culturas originárias – ou seja, através do encobrimento do outro (Dussel, 1993) –, assim como pelo apagamento de seus saberes – ou seja, pelo epistemicídio (Santos, 2010). Nas palavras de Maldonado Torres (apud Oliveira e Candau, 2010, p.18):

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferente desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

Com ideias compatíveis às trazidas no trecho acima, Mignolo nos diz que “a *colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivada*” (2005, p.75). Ou seja, “*não existe modernidade sem colonialidade. Da mesma forma não poderia haver uma economia-mundo capitalista sem as Américas*” (Quijano e Wallerstein, 1992, apud Balestrin, 2013, p.101). Dessa forma, o grupo argumenta que o colonialismo pode ser desfeito com a independência dos territórios invadidos, já a colonialidade é um processo mais profundo e violento.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. **Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo** como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2000, p. 342, grifo nosso).

É importante pontuar, conforme grifado acima, que a colonialidade está imbricada num processo de racialização. A criação de raças como indígenas e negros é um traço característico do processo de violência colonial, descaracterizando povos e reduzindo-os a não-brancos, não-europeus; logo, passíveis de serem dominados, escravizados, desumanizados, algo que Dussel (1993) chama de encobrimento do outro. Como nos conta o historiador húngaro Tzvedan Todorov (1993), a descoberta da América, é a expressão de um projeto de embranquecimento, cristianizador e colonizador, traduzido como Cristóbal Colón - veja bem, Cristóvão Colombo não é o nome de um homem, mas sim de um projeto.

Essa hierarquização identitária servia aos interesses tanto da dominação social, como da exploração do trabalho. Essa matriz colonial de poder também se reproduz em outras dimensões, como a *colonialidade do saber*, através do epistemicídio, ou seja, a destruição de saberes conectada ao extermínio de seres humanos (Santos, 2010), parte da invisibilização dos saberes tradicionais e originários, vistos então como místicos/mágicos e/ou demoníacos, e do estabelecimento da razão europeia e sua ciência produzida por homens brancos como a ordem exclusiva de conhecimento e pensamento - o que Grosfoguel (2016) nomeia como privilégio epistêmico; e da *colonialidade do ser*, através do que Fanon (apud Walsh, 2012, p.68) chama de “tratado da não existência”, ou seja, da inferiorização,

subalternização e desumanização de todos os seres não-europeus, distanciando-os da razão e das capacidades cognitivas. Nesse sentido, o tratado da não existência, de Fanon, dialoga diretamente com o encobrimento do outro, de Dussel. Trata-se, por fim, da negação da alteridade, e por conseguinte, de saberes outros.

A epistemologia eurocêntrica ocidental dominante, não admite nenhuma outra epistemologia como espaço de produção de pensamento crítico nem científico (GROSFOGUEL, 2007, p. 35).

Catherine Walsh (2012) nos aponta ainda uma quarta dimensão da colonialidade, que muito nos interessa em uma perspectiva ambiental, a *colonialidade cosmogônica*, ou seja, da natureza e da vida, que tem como base a divisão natureza/sociedade, estabelecendo uma hierarquia, onde a natureza é vista como um pano de fundo, uma paisagem passiva, uma fonte de recursos, ou seja, algo a ser dominado; e a sociedade – e aqui entenda-se sociedade moderna – como a maneira correta de se estar no ambiente e, então, a dominadora. Nesse sentido, há um rompimento com as relações entre os mundos biofísicos, humanos e espirituais, relações essas tecidas milenarmente por diversas sociedades não-modernas, que dão sustento aos sistemas integrais de vida, conhecimento e à própria humanidade.

Como caminho possível até o não-colonial, a decolonialidade se pauta na *interculturalidade crítica*, ou seja, aquela que percebe as assimetrias de poder que a diferença colonial implantou no encontro entre culturas “sur-norte”, criando classificações e identidades forjadas na hierarquização e subordinação de determinados grupos – negros/as, indígenas, mulheres, não-heteronormativos – frente a outros – homens brancos, mestiços, heteronormativos. Para além de percebê-las, é preciso não atuar numa lógica pacificadora, mas combativa a tais assimetrias – o que diferencia uma interculturalidade que é funcional àquela crítica ao sistema.

De ahí forma parte de lo que varios autores se han referido como la nueva lógica multicultural del capitalismo global, una lógica que reconoce la diferencia, sustentando su producción y administración dentro del orden nacional, neutralizándola y vaciándola de su significado efectivo, y volviéndola funcional a este orden y, a la vez, a la expansión del neoliberalismo y los dictámenes del sistema-mundo. En este sentido, el reconocimiento y respeto a la diversidad cultural se convierten en una nueva estrategia de dominación, la que apunta no a la creación de sociedades más equitativas e igualitarias, sino al control del conflicto étnico y la conservación de la estabilidad social (...). (WALSH, 2012, p.64).

Walsh (2012) aponta que a construção de uma interculturalidade crítica requer exatamente a transgressão e a interrupção da matriz colonial ainda presente, para então criar outras condições de poder, saber, ser e viver que se distanciam do capitalismo e sua razão única e violenta em busca de outras relações sociedade/natureza. Sendo assim, esse grupo de intelectuais defende a importância de um *giro decolonial*, como um projeto político e epistêmico para fazer frente ao projeto de embranquecimento, espoliação e destruição das relações não-exploratórias com a natureza que a colonialidade representa.

Considerando os processos brevemente descritos ao longo deste tópico, nos questionamos: que EA poderia fazer frente ao processo contínuo de violência colonial que reverbera nas relações sociedade-natureza? Para refletir sobre tais questões, no tópico a seguir, dissertaremos sobre o contexto das disputas que estão atualmente em curso no campo da EA, pois compreendemos que a vertente crítica somada à perspectiva *desde el Sur* pode servir tanto para evidenciar o que está por trás dos conflitos ambientais na América Latina, quanto para contribuir com outros horizontes de possibilidades.

## A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENQUANTO CAMPO EM DISPUTA EPISTÊMICA E POLÍTICA

Conforme salientado anteriormente, o presente ensaio busca a partir de uma articulação relacional entre a EA, a Ecologia Política e os estudos decoloniais, construir uma identidade *desde el Sur* para a perspectiva crítica da EA, de forma contribuir com as análises acerca do papel da educação no contexto latino-americano. Arelado a isso, buscamos criar uma narrativa que contribua para um posicionamento político-epistêmico nas disputas em curso do campo da EA. Sobretudo, buscamos influir no desenvolvimento de práticas educativas contextualizadas às realidades locais, de maneira a se comprometer no desvelamento dos determinantes que levam ao processo de expropriação dos territórios e que por consequência, influenciam as condições reais e objetivas de vida de determinados grupos sociais.

Portanto, iniciamos o presente tópico reforçando a crença de que o campo da EA é marcado por disputas políticas e epistêmicas que levam à necessidade de somar esforços para a corrente contra hegemônica posicionada na tendência crítica da EA. Acreditamos que essa tendência, somada à perspectiva “*desde el sur*”, contribui tanto para a superação de práticas que se baseiam em tendências conservadoras e pragmáticas, quanto para o enfrentamento dos desafios que atingem a questão ambiental contemporânea e os aspectos relacionados com fenômeno da colonialidade.

Segundo Layrargues (2012), as disputas no campo da EA derivam de uma “crise de identidade”, e um dos fatores dessa crise seria a contradição entre teoria e prática, ou seja, a chamada “armadilha paradigmática” (GUIMARÃES, 2006). Para Guimarães, a armadilha está associada à modernização da corrente conservadora da EA, que ideologicamente, captura intencionalidades político-pedagógicas manifestadas como críticas mas, contraditória e ingenuamente, são exercidas de modo pragmático e/ou conservador.

Podemos exemplificar essas armadilhas em casos que envolvem ações educativas decorrentes da obrigatoriedade de Programas de Educação Ambiental no processo do Licenciamento Ambiental Federal. Pois, mesmo considerando as políticas públicas vigentes<sup>[1]</sup> que orientam a execução destes programas com base na perspectiva da EA crítica, tendo inclusive, como sujeitos do processo educativo àqueles em situação de maior vulnerabilidade socioambiental, a chamada “armadilha paradigmática” por vezes, materializa-se, nas ações que incentivam o diálogo, a cooperação e a parceria entre

diversos atores sociais em busca de uma harmonia comum para a construção da cidadania ativa e, por essa via, acabam num reducionismo com o complexo debate que envolve questões políticas, econômicas, sociais e culturais.

Já na perspectiva do pragmatismo na EA, segundo Layrargues (2012, p.398-399), essa crise de identidade seria intencional pois se trata da voz ideológica dominante que vale-se do artifício da propaganda cultural para reproduzir seus valores e práticas. Cabe destacar que encontramos no discurso do desenvolvimento sustentável o fortalecimento desta corrente pragmática na EA. Pois nessa concepção, a forma de enfrentamento da crise socioambiental é regida por meio das adequações socioambientais que ganham visibilidade a partir de arranjos e ajustes tecnológicos sem questionar os modos de produção capitalista e as relações de injustiças ambientais que permeiam a questão ambiental. Aliado a essa discussão, numa tentativa de superar essa armadilha e a crise ideológica e política em torno da EA, Loureiro e Layrargues (2013) propõe um diálogo com a Ecologia Política e o movimento por Justiça Ambiental como forma de estabelecer estratégias de luta social que caminhem na construção de um projeto societário anticapitalista, superando as relações sociais alienadas destrutivas da natureza.

Destacamos uma síntese elaborada por Loureiro e Layrargues que indicam pelo menos três situações pedagógicas essenciais na corrente da EA crítica:

a) efetuar uma consistente análise da conjuntura complexa da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionantes sociais historicamente produzidos que implicam a reprodução social e geram a desigualdade e os conflitos ambientais; b) trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais ante as relações de expropriação, opressão e dominação próprias da modernidade capitalista; c) implantar a transformação mais radical possível do padrão societário dominante, no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza e, em seu interior, da condição humana (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p.64).

Seguindo a mesma linha de argumentação e a proposta dos autores supracitados, acreditamos que as análises de conjuntura ganham maior consistência na medida que trazem conceitos-chaves que nos fornecem elementos para a compreensão dos conflitos estabelecidos em torno do uso, da distribuição e apropriação dos bens naturais.

Para tal, Acselrad, Mello e Bezerra (2009) nos alertam sobre a existência do fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais e por isso, defendem o termo “injustiça ambiental” para politização da crítica ambiental. Alinhado à esta discussão, os conceitos de “zonas de sacrifícios” ou “paraíso de poluição” (ACSELRAD, 2004) revelam que certas localidades destacam-se pelas concentrações de práticas ambientalmente agressivas e que influenciam os processos de desterritorialização das populações locais e a vulnerabilização desses grupos.

Mesmo corroborando com a existência de uma variedade de definições sobre o conceito de vulnerabilidade ambiental, concordamos com Loureiro (2004) que aponta os grupos que se encontram em maior grau de dependência direta dos recursos naturais para produzir, trabalhar e melhorar as condições objetivas de vida; os excluídos do acesso aos bens públicos socialmente produzidos e os ausentes de participação nas políticas públicas são os grupos que vivem em maior nível de vulnerabilidade socioambiental.

Ao analisar que as injustiças socioambientais recaem de forma implacável sobre determinadas etnias e populações, Pacheco e Faustino (2013) defendem a existência do “racismo ambiental”, reforçando este conceito como forma de denúncia, mas sobretudo, para desafiar outras visões de mundo e as lutas por novos paradigmas. Sob estes pontos e os conceitos destacados, compreendemos que os conflitos ambientais expressam as contradições sociais em estado prático e revelam as estratégias de ação dos grupos envolvidos e suas formas de reapropriação social da natureza (LEFF, 2006). Trata-se portanto, de uma categoria conceitual chave para estreitar as relações entre a EA e a ecologia política com um olhar decolonial.

Para tanto, ainda neste contexto, parte-se da compreensão que os conflitos ambientais são influenciados por uma complexa teia de relações que envolvem processos culturais, políticos, históricos, econômicos e sociais, onde emergem diferentes significados e formas de uso e distribuição dos bens naturais. Este tema que tem sido objeto de investigação da ecologia política, campo da ciência que teve sua origem da década de 1960.

Acreditamos que, como defende Loureiro e Layrargues (2013, p.53), a ecologia política teve a capacidade de explicitar a grande contradição da contemporaneidade, ou seja, o campo produz conhecimentos que revelam as contradições do sistema que sustenta um adequado padrão de vida para alguns em detrimento do péssimo padrão de vida para outros, e com base no uso abusivo e intensivo da natureza.

Buscando trazer concretude às discussões tecidas acima, tais assimetrias de poder ligadas aos processos de vulnerabilização socioambiental podem ser observadas, por exemplo, no caso da Vila Autódromo, comunidade urbana consolidada na cidade do Rio de Janeiro há mais de 40 anos e situada no bairro de Jacarepaguá, cujos moradores foram alvo em um conflito por seu território, e, por mais de uma década, reagiram ativamente a decretos de remoção e lutaram pela visibilidade de suas reivindicações. A disseminação de um modelo de desenvolvimento político que tem como essência o empreendedorismo urbano, fundamentado na busca em tornar a cidade atrativa para o turismo e grandes eventos internacionais trouxe desmedidas consequências e gerou uma série de injustiças ambientais para as comunidades residentes nas ditas áreas em expansão – a Vila Autódromo foi uma delas.

O espaço onde está situada a Vila Autódromo se transformou em objeto de uma disputa, pois a presença da comunidade nas adjacências do local escolhido para a construção do Parque Olímpico – para os Jogos Pan Americanos de 2007 – representava uma estética que o governo não queria ver transmitida mundo afora, além do que, a área se situa na direção do vetor de valorização imobiliária da cidade. A comunidade foi então eleita como uma “zona de sacrifício” em favor dos interesses do mercado, que projetavam a remoção dos moradores e gerou a desterritorialização de mais de 500

famílias. Hoje permanecem apenas 20 casas, representando apenas 3% do que era a Vila Autódromo.

Em 2016, com o objetivo de manter a memória da resistência da comunidade, foi criado ali o Museu das Remoções, espaço a céu aberto que guarda, através de esculturas em homenagem a casas demolidas, marcos do violento processo pelo qual passaram. A cada visita recebida, os moradores apresentam as obras e contam a história da Vila através de um discurso de quem viveu todo o percurso que gerou o acervo. Tal fato nos traz a percepção de que a comunidade da Vila Autódromo não só tem consciência de sua condição histórica enquanto agentes que pertencem e transformam seu território, como também tem o objetivo de manter e divulgar essa história. Isso constitui um fato importante quando observado à luz da Educação, pois significa o entendimento de si como indivíduo integrante de um sujeito coletivo, que é produtor de conhecimento, de saberes que são extremamente relevantes para seu meio; demonstra também a consciência da dinâmica de poderes e interesses no qual estão submetidos e que os processos de memória e resistência contínuos representam fundamental relevância na manutenção da sua cultura.

A criação de uma instituição que assegure e dissemine a história da comunidade representa uma ação que, apesar de inicialmente não possuir uma intencionalidade educativa, teve na materialização do Museu das Remoções o caminho para transformar toda a trajetória desses moradores em uma prática educativa que transmite seus conhecimentos adquiridos durante a luta e afirma continuamente suas condições enquanto sujeitos de direitos.

Percebemos em casos como o exemplificado, que conforme o campo da EA se apropria da realidade histórica de nosso continente e se compromete com ele, surgem possibilidades em construir outras formulações sobre o papel da EA, de modo a considerar as “*vidas negadas*” (COSTA; LOUREIRO, 2016, p.142) sobretudo, daqueles grupos que historicamente são invisibilizados e injustiçados pelo sistema-mundo moderno-colonial capitalista. Concordamos com Porto-Gonçalves (2008, p.05-06) sobre a importância de falarmos a partir desse outro lugar de enunciação que é a América Latina e desde uma perspectiva emancipatória, nesse momento histórico em que velhos protagonistas, como os indígenas e os afrodescendentes, entram em cena, reinventando-se, agora com mais visibilidade.

Sendo assim, entendemos que o papel de uma EA territorializada ao continente Latino-Americano é de contribuir com tal visibilidade, a partir de uma identidade *desde el sur*, pois esta pode revelar as relações de poder e os diversos protagonistas que resistem contra esse contexto de injustiças socioambientais. Importante pontuar que tais atores sociais não apenas resistem, mas re-existem, sendo produtores de epistemologias outras, epistemologias potenciais para (re)qualificar as relações sociedade/natureza de forma não exploratória, e as práticas educativas ambientais comprometidas com o contexto das lutas sociais decorrentes dos conflitos ambientais na América Latina tem o papel de ajudar a legitimar tais saberes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este trabalho buscando fortalecer uma nova identidade para a EA na América Latina, frente à crise de identidade instaurada no campo por conta de conflitos políticos e epistêmicos sobre o que é a EA e qual seria o seu papel junto à crise ecológica global. Essa busca de uma “nova cara” para a EA vem no fundo com o objetivo de responder à seguinte pergunta: que EA poderia fazer frente ao processo contínuo de violência colonial que reverbera nas relações sociedade-natureza? Neste artigo temos defendido que uma *EA desde el Sur* cumpriria tal missão.

O que estamos nomeando como *Educação Ambiental desde el Sur* se constrói com base na perspectiva crítica atravessada pelas reflexões das pedagogias Latino-americanas, destacando-se aqui os pensadores do chamado giro decolonial. Reconhece assim a importância da compreensão do projeto de sociedade hegemônico que provoca historicamente injustiças ambientais que recaem sobre povos e populações tradicionais, que hoje se encontram, em sua maioria, marginalizados nas periferias das grandes cidades ou precarizados nas zonas não-urbanas. Os saberes que emergem de tais grupos sociais, a partir de relações sociedade/natureza diversas, foram encobertos pela colonialidade. Tais conhecimentos possuem raízes transgressoras à lógica moderna e positivista, apontando para pedagogias outras de resistência e reexistência (Walsh, 2012).

A Educação Ambiental, ao posicionar suas práticas como transformadoras, necessita compreender as diferentes formas de apropriação material e simbólicas da natureza que estão em disputa nos projetos de sociedade dos diferentes grupos que a compõe. O encobrimento do outro, o epistemicídio e a busca por conciliação apontam para um posicionamento intencional pacificador e funcional ao sistema que se reproduz suas práticas e teorias através de diversos artifícios, inclusive algumas vertentes da educação ambiental, como as vertentes conservadora e pragmática.

Por isso, ao entrelaçar a EA crítica com a Ecologia Política, temos na dimensão dos conflitos ambientais um gatilho potente para desvelar as assimetrias de poder que pautam a questão ambiental na América Latina, principalmente se nomeamos quem são os atores político-sociais atuantes nele – quem causa tais conflitos e quem é vulnerabilizado por tais conflitos? Ao relevar tais atores, tem-se a possibilidade de atuação numa lógica não-pacificadora ou apenas conciliatória frente às injustiças ambientais provenientes dos conflitos, mas numa lógica radical, que vá raiz do problema – que na América Latina se reflete no modelo de desenvolvimento proveniente da modernidade capitalista. Nesse sentido, podemos relacionar o conceito de interculturalidade crítica (Walsh, 2012) àquela EA que emerge dos conflitos ambientais da América Latina, ou seja, à *EA desde el Sur*.

Freire (2000, p. 34) coloca os Movimentos Sociais como herdeiros do espírito de luta dos povos que foram colonizados, “*seus gestos de rebeldia se repetem hoje na luta dos “sem-terra”, dos “sem-escola”, dos “sem-casa”, dos favelados; na luta contra a discriminação racial, contra a discriminação de classe, de sexo*”, e temos concordância com o autor. Por isso, uma EA desde el Sur é aquela que se faz a partir dos e com os territórios em luta - seja por terra, pelo direito à moradia, saneamento básico, à água, à alimentação, à saúde, à cidade, ao lazer, à cultura, à educação, ao

reconhecimento de suas formas outras de existir.

Eu comemoro não a invasão, mas a rebelião contra a invasão. E se tivesse de falar dos principais ensinamentos que a trágica experiência colonial nos dá, eu diria que o primeiro e mais fundamental deles é o que deve fundar a nossa decisão de recusar a espoliação, a invasão de classe também como invasores ou invadidos. É o ensinamento da inconformidade diante das injustiças, o ensinamento de que somos capazes de decidir, de mudar o mundo, de melhorá-lo. O ensinamento de que os poderosos não podem tudo; de que os frágeis podem fazer, na luta por sua libertação, de sua fraqueza a força com a qual vencem a força dos fortes. (FREIRE, 2000, p.34)

Assim como Freire, escolhemos colocar nosso foco na atuação desses movimentos que, historicamente, lutam contra um passado e um presente de explorações e opressões e resistem desenvolvendo mecanismos e estratégias a partir do reconhecimento de suas identidades e da enunciação dessas identidades enquanto sujeitos históricos.

Pesquisas têm mostrado a importância do pensamento de Paulo Freire na produção da EA no Brasil (Loureiro e Costa, 2013), o que tem levado a considerar sua intenção por práticas voltadas para a emancipação dos indivíduos. Contudo, na sociedade hegemônica ainda seguimos aprisionados à lógica civilizatória cunhada com a violência colonial, com a sobreposição hierárquica dos saberes e modos de vida dos colonizadores e a subalternização dos saberes e culturas dos povos colonizados. Por conta deste aprisionamento, muitas vezes ocorre o distanciamento de uma visão de mundo que problematize e evidencie as contradições do sistema-mundo moderno-colonial capitalista e as dívidas históricas com os “Condenados da Terra” (Fanon, 1968) que vivem em estado de “sub-emancipação” (Loureiro, Costa, 2013, p.84). Ou seja, ainda se observa distanciamentos entre as práticas educativas ambientais e as pedagogias emancipatórias e libertadoras na América Latina, algo que uma *EA desde el Sur* pode ajudar a aproximar.

Para contribuir com reflexões no campo da EA e para desenvolver pedagogias conectadas com as demandas e características dos povos latino-americanos em situação de vulnerabilidade socioambiental, é necessário enfrentar e superar a *colonialidade pedagógica* (Streck, Moretti, 2013, p.35), buscando trilhar caminhos na EA a partir da experiência *de e com* os povos que sofreram o processo de colonização e colonialidade. Para esses autores, trata-se de reconhecer e problematizar que junto com o silenciamento das culturas, foram silenciadas suas pedagogias que continuaram sobrevivendo na clandestinidade (ibidem, p.38). Sendo assim, uma EA comprometida com o território latino-americano tem que estar ao lado dos “clandestinos”, legitimando e aprendendo com seus saberes e práticas.

Reconhecemos que a EA crítica busca desenvolver práticas que contribuem tanto para visualizar as assimetrias de poder existentes na sociedade atual, como para construir horizontes aos projetos anticapitalistas, contudo não raramente caímos na “armadilha paradigmática” conforme nos alerta Guimarães (2006). Na medida em que o campo se aproxima de outras correntes com os mesmos propósitos - tal como ecologia política e o pensamento decolonial -, essa tríade relacional cria condições para o fortalecimento da EA em sua vertente crítica.

Aqui vemos a EA como uma potência pedagógica de enfrentamento ao sistema, mas sobretudo existente *a priori* nos povos que aprenderam a conviver com a natureza de forma não-exploratória em seus territórios. Nesse sentido, relembramos que “*o encobrimento do outro*” e o embranquecimento são projetos políticos, que levam também à subjugação da natureza e à distorção das relações sociedade-natureza. A *EA desde el Sur* descobre o outro, descobrindo potencialidades que sempre estiveram presentes, porém apagadas, silenciadas, violentadas e sob o jugo do “epistemicídio”.

## REFERÊNCIAS:

ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H., et al (Ed.). **Justiça ambiental e cidadania**. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004. p.23-37. ISBN 8573163534.

ACSELRAD, H.; MELLO, C.C.A; BEZERRA, G.N. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BALESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

COSTA, C.A; LOUREIRO, C.F. **Educação ambiental crítica: uma leitura ancorada em Enrique Dussel e Paulo Freire**. Revista Eletrônica Georaguaiá. Barra do Garças - MT. V 3,n.2,p.83 - 99. 2013

\_\_\_\_\_. **Os movimentos sociais e a questão ambiental na perspectiva de Enrique Dussel**. Argumentum, Vitória (ES), v.8, n.1, p. 140-157, jan./abr. 2016.

DUSSEL, E. **1492 o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Coleção PERSPECTIVAS DO HOMEM. Volume 42. Série Política. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro, 1968.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. Edição. São Paulo: UNESP, 2000.

GROSFUGUET, R. **Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas**. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFUGUET, Ramon (coords.) El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

\_\_\_\_\_. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro epistemicídios do longo século XVI**. In: Revista da Sociedade e do Estado, v. 15, n.1, p.25-49, jan/abril, 2016.

GUIMARÃES, M. **Armadilha paradigmática na educação ambiental**. In: Pensamento complexo, dialético e educação ambiental / Carlos Frederico Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Ronaldo Souza de Castro (orgs.). São Paulo: Cortez, 2006.

LAYRARGUES, P.P. **Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental**

**brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica.** In: Revista Contemporânea da Educação. vol. 7.n.14. 2012.

LAYRARGUES, P.P.; LOUREIRO, C. F. B. **Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica.** In: Trabalho, educação e Saúde. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.53-71, jan./abr, 2013.

LAYRARGUES, P.P; LIMA, G. F da C. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade.** São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan.-mar, 2014.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza** . Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental Transformadora.** In: BRASIL. Ministério da Educação. Diretoria de Educação Ambiental. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília, 2004.

MALDONADO-TORRES, N. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto** . In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.) El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MIGNOLO, W. D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade.** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO, 2005.

OLIVEIRA, L. F. de; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010.

PACHECO, T.; FAUSTINO, C. A iniludível e desumanda prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa. In: **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos** /organizado por Marcelo Firpo Porto, Tania Pacheco e Jean Pierre Leroy. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C.W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: **La Guerra Infinita: hegemonia y terror mundial.** CECENA, A.E, Clacso/ASDI, Buenos Aires, 2002.

QUIJANO, A. "Colonialidad del poder y clasificación social". **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

SANTOS, B. de S. **Epistemologias del Sur.** Mexico: Siglo XXI, 2010.

STRECK, D. R.; MORETTI C. Z. **Colonialidade e insurgência: contribuições para uma pedagogia latino-americana.** Revista Lusófona de Educação,24, 2013

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro** . São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WALLERSTEIN, I. História e dilemas de los movimientos anti-sistémico. UACM, México, 2008.

WALSH, C. **Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas.** In: Revista Visão Gloval, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan/dez, 2012.

<sup>[1]</sup> Os Programas de Educação Ambiental no processo do Licenciamento Ambiental Federal são respaldados pela legislação brasileira a partir da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/81), as Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e as Instruções Normativas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).